



Gefferson Ramos
Rodrigues

No berço da rebelião

Teses e dissertações a respeito das inúmeras sublevações ocorridas na Capitania de Minas Gerais no século XVIII oferecem um amplo quadro de interpretações que realçam tanto os aspectos comuns a esses movimentos quanto as particularidades próprias de cada um, numa multiplicidade de vozes que ora se chocam, ora se articulam.

> Nos últimos anos tem sido crescente o número de pesquisas sobre as revoltas e sedições em Minas Gerais, contrastando com os estudos sobre a Inconfidência Mineira de 1789, que tanto interesse despertou e ainda desperta nos historiadores. Nesta exposição serão apresentadas teses e dissertações sobre as sedições e revoltas em Minas Gerais no século XVIII, defendidas após 1989, no Brasil e no exterior. De antemão, fazem-se necessárias algumas advertências. Foram levados em consideração não só trabalhos que versam sobre os movimentos mais formais de contestação, como também aqueles que tratam da resistência dos diversos grupos sociais como índios, negros, potentados e homens livres. Portanto, alguns trabalhos citados mais adiante, embora não tratem especificamente do tema em questão, são relevantes para sua compreensão; outros, publicados sob a forma de capítulos de livros e artigos de revista, também deram contribuições significativas. Entende-se que, pelos avanços que fizeram, não poderia deixar de ser feita referência, mesmo que breve, a esses últimos trabalhos, sem a pretensão de fornecer um repertório completo dos textos que abordam essa temática.

O destaque vai para as produções que tratam dos movimentos de contestação ocorridos até a Inconfidência. Em razão dos objetivos propostos, foram deixadas de lado as pesquisas sobre as revoltas do século XIX, importantes para avaliar as rupturas e continuidades dos movimentos contestatórios nas Minas Gerais.¹ Eventuais lacunas poderão ser compensadas no quadro anexado ao final do texto, no qual leitor poderá encontrar uma relação dos trabalhos recentes sobre rebeliões e protestos na Capitania de Minas Gerais.

Abrindo o leque

Num momento em que grande parte dos historiadores estava voltada para o estudo que o impacto das

descobertas auríferas causou em Minas, o livro *Vassalos rebeldes*, de Carla Anastasia, foi pioneiro.² Originalmente apresentado como tese para concurso de professor titular em História do Brasil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1995, o trabalho fornece, a partir de uma abordagem mais sociológica, ampla visão sobre os movimentos de rebeldia ocorridos até a primeira metade do Setecentos. O livro revela ainda outro mérito ao se debruçar sobre movimentos pouco estudados, ou mesmo desconhecidos, como as revoltas de Pitangui (1717-1720), Catas Altas (1718), Barra do Rio das Velhas (1718) e Campanha do Rio Verde (1746). Conforme a tipologia que a autora procurou estabelecer, essas manifestações ocorriam em “contextos de soberania fragmentada”, situação em que havia disputa entre mais de um polo de poder, o que resultava na fragmentação da soberania política. De outro tipo eram as insurgências que se passavam “dentro das regras coloniais”, ou seja, movimentos reativos, marcados pela tradição, em que se lutava pela preservação de direitos costumeiros e com o objetivo de restaurar uma antiga ordem. Alguns desses protestos apresentavam traços semelhantes às revoltas frumentárias e contrárias ao pagamento de impostos, os *food riots* e *tax rebellion*, típicas do Antigo Regime na Europa. Outras manifestações de rebeldia tinham características tanto de um quanto de outro tipo. Esses seriam casos híbridos, cujos expoentes foram a revolta de Vila Rica (1720) e os protestos do sertão do São Francisco (1736). Até a primeira metade do século XVIII elas expuseram a grande violência vigente na Capitania, a despeito dos esforços das autoridades na tentativa de manter a ordem.³

Esse período do Setecentos foi, assim, marcado pela tentativa de afirmação da Coroa portuguesa, e uma das formas encontradas para alcançar esse objetivo foi lançar mão de uma onerosa carga fiscal sobre os súditos da colônia. Esse foi um dos aspectos salientados por Luciano Figueiredo em sua tese de

doutorado, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Enquanto meio de carrear as riquezas da colônia para a metrópole, a fiscalidade contribuiu também para a precipitação de vários tumultos. Em geral, os súditos não questionavam os impostos, nem a Coroa, mas a sua forma de cobrança e os desmandos dos representantes régios. Uma das mais fortes expressões de descontentamento nesse período foram os levantes do sertão do rio São Francisco, aos quais, em seu trabalho, Figueiredo dedicou um capítulo: “Furores sertanejos: Minas Gerais, 1736”.

À luz de documentos inéditos o historiador mostrou como os sertanejos questionaram o pagamento do quinto sob a forma da capitação – fato contundente, já que se tratava de um direito régio – e ousaram confrontar até mesmo a figura do rei. No sertão chegaram a ser veiculadas ideias a respeito de troca de soberania, tópica que estava presente em várias outras revoltas. Demonstrada assim sua inegável repercussão, não se pode mais atribuir às revoltas que antecederam as Inconfidências importância menor pelo fato de não almejarem a independência da colônia. A ameaça dos revoltosos de submeterem-se à soberania de outra coroa constituía gravíssima insubordinação.⁴

Outra contribuição importante a esse tema veio de Maria Verônica Campos em sua tese *Governo de mineiros*, na qual se discutiu a imposição do poder régio em Minas – acompanhada da implantação de uma pesada estrutura administrativa e fiscal – e as resistências que a Coroa enfrentou sob a forma de motins e rebeliões. Em face da centralização encetada pela metrópole portuguesa desde o limiar do Setecentos, as rebeliões constituíram sérios entraves a esse processo centralizador. Contudo, revoltas como as de Catas Altas, Pitangui e Barra do Rio das Velhas não foram capazes de causar maiores impactos à administração colonial, provocando rearranjos locais, enquanto a “Guerra dos

Emboabas” (1707-1709), a revolta de Vila Rica e os levantes do sertão levaram a mudanças estruturais, como a fundação de vilas, a criação da capitania e a sujeição de potentados locais, respectivamente. Ao fim e ao cabo, a Coroa saiu vitoriosa e as revoltas tiveram, no máximo, o efeito de retardar o inexorável processo de centralização política e administrativa da colônia.

O conturbado início da exploração aurífera também foi propício ao aparecimento de conspirações como a tramada por Pedro de Rates Henequim, estudado por Adriana Romeiro em seu livro *Um visionário na corte de D. João V*, originado de sua tese de doutorado. Henequim teria simplesmente elaborado um plano para entregar à Espanha as ricas minas de ouro da colônia e, além disso, veiculava ideias proféticas como a de identificar o paraíso no Brasil. Segundo a análise de Adriana Romeiro, seu discurso não deve ser interpretado como pura expressão de milenarismo, mas sim como um discurso que tinha implicações políticas. Acusado de heresia, acabou executado pelo Santo Ofício em Lisboa, em 1744. Esse tenso ambiente das minas no início do Setecentos acabaria por resultar na Guerra dos Emboabas (1707-1709), tema de outro livro da autora. Além do regozijo pelas descobertas auríferas, essas deixaram também as autoridades em Lisboa preocupadas, pois com a posse dessas riquezas aumentavam as chances de invasões estrangeiras. Por seu turno, o conflito entre paulistas e emboabas agravava ainda mais a tensa situação. As lutas que se travaram nos campos de batalha também foram acompanhadas por intensos conflitos de jurisdição entre Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Cada uma dessas capitanias, a seu modo, tentava exercer maior controle das áreas de mineração. Com base no “direito de conquista” os paulistas procuravam obter predomínio sobre as principais jazidas auríferas. Nesse contexto, o espírito de autonomia que tanto arrogavam para si serviu muito mais como um instrumento de negociação com a Coroa com vistas a obtenção de privilégios do que para contestá-la.⁵

Os conflitos e suas causas

Alguns dos problemas que levaram à Guerra dos Emboabas, como a falta de alimentos e as rivalidades entre paulistas e forasteiros, continuaram existindo mesmo com o término dos enfrentamentos armados. Em *Subsistência e poder*, Flavio Marcus Silva, por exemplo, evidenciou o receio das autoridades com a possibilidade da eclosão de novos conflitos devido à carestia de alimentos. Isso levou-as a desenvolver uma política de abastecimento com o objetivo precípuo de evitar revoltas. Sob esse ponto de vista, os tumultos da Barra do Rio das Velhas e de Pitangui foram, antes de tudo, resultado da tentativa da Coroa de controlar a arrematação de contratos relativos a gêneros de primeira necessidade. No mais recente estudo sobre a revolta de Pitangui, *A ‘Rochela’ das Minas do Ouro?*, Vagner da Silva Cunha afirma que os paulistas continuaram a recorrer ao argumento do “direito de conquista” para obter privilégios.

Uma das rebeliões que mais têm recebido a atenção dos estudiosos é a revolta de Vila Rica de 1720. Em estudo sobre a composição social do movimento, Carlos Leonardo Kelmer Mathias realizou uma detalhada pesquisa que resultou na dissertação *Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Ao analisar os acontecimentos daquele ano, o autor fez avanços e recuos, trabalhando com a hipótese de que a cada novo governador que chegava a Minas fazia-se necessária a realização de novas alianças com os súditos locais. Isso porque os representantes da Coroa traziam consigo suas instruções régias, mas também interesses particulares, que muitas vezes se chocavam com o de grupos já constituídos. Isso explicaria o porquê de homens que estiveram ao lado de Manuel Nunes Viana na Guerra dos Emboabas terem se bandeado para o lado do governador na revolta em 1720. As alianças se realizavam e se desfaziam, assim, com grande fluidez.

Certamente, um dos motivos pelos quais a revolta de 1720 tem recebido maior número de estudos é a violência empregada em sua repressão, que resultou na execução sumária de Filipe dos Santos. Ao estudar o processo de punição e perdão no contexto da revolta, João Henrique Ferreira Castro, na dissertação *A repressão à Revolta de Vila Rica de 1720*, mostra que a execução do minerador revoltoso não foi fruto da ação intempestiva do governador, o conde de Assumar, mas calcada em disposições legislativas. Nas primeiras décadas do século XVIII travou-se no Conselho Ultramarino, em Lisboa, intenso debate sobre a concessão do perdão e a punição aos envolvidos nos tumultos que grassavam na colônia, já que os constantes perdões concedidos não os faziam cessar. Estabeleceu-se então que o perdão só poderia ser concedido nesses casos mediante autorização régia. Foi a partir dessa premissa que o conde de Assumar agiu com excepcional rigor no processo de contensão da revolta. Essa ação não pode, portanto, ser atribuída ao seu caráter, por muitos visto como sanguinolento.

Na historiografia disponível sobre rebeliões e rebeldes em Minas Gerais é possível encontrar inúmeras referências à diversificada composição social de seus participantes, entre os quais tiveram marcante presença índios, negros e homens livres.⁶ Daí a importância de se ressaltar, mesmo que ligeiramente, alguns trabalhos que, apesar de não elegerem as revoltas como tema específico, agregaram contribuições importantes para seu melhor entendimento. Recentemente a historiografia mineira conheceu, por exemplo, grande avanço nos estudos sobre os índios na capitania a partir de um estreito diálogo entre História e Antropologia. As pesquisas realizadas nesses campos mostram que o avanço da fronteira agrícola na porção leste da capitania, a partir da segunda metade do século XVIII, provocou violentas reações das populações nativas, como mostrou Hal Langfur.⁷ Os trabalhos desenvolvidos por Maria Leônia Chaves de

Resende mostram também que, mesmo submetidos a um adverso processo de colonização, os índios conseguiram permanecer nos núcleos urbanos e afirmar sua liberdade. Sob a denominação de “carijós” e ou “gentios da terra”, as autoridades lhes atribuíam um forte caráter contestatário, apesar de sua condição de administrados.”⁸

A rebeldia dos povos

Por outro lado, com a intensificação do tráfico negreiro, impulsionado pelo desenvolvimento da mineração, aumentaram consideravelmente as tentativas de rebelião escrava e as fugas para a formação de quilombos. O exaustivo levantamento feito por Carlos Magno Guimarães na tese *Quilombos: classes, política e cotidiano (Minas Gerais no século XVIII)* deu conta de aproximadamente 160 comunidades de fugitivos estabelecidas na capitania ao longo do século XVIII.⁹ Sobre tudo na primeira metade do Setecentos houve diversas tentativas de sublevação escrava nas Minas, sendo a mais séria delas a que se projetou no ano de 1719, malograda devido a rivalidades étnicas dos grupos envolvidos. A propósito, é válido lembrar o capítulo que Anastasia dedicou em *Vassalos rebeldes* às revoltas escravas na capitania. Segundo a autora, elas configuram um tipo específico de rebeldia que não se insere na tipologia que estabeleceu.¹⁰ O medo causado pela proliferação de quilombos e pelas constantes ameaças de rebeliões escravas foi utilizado pelas elites senhoriais para construir sua hegemonia sobre a sociedade escravista, conforme defendeu Pablo Lima na tese *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699-1769)*.

Em minha dissertação de mestrado *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736* sobre

as insurreições do sertão do São Francisco, também investiguei a composição social do movimento. Na região sertaneja as manifestações de rebeldia destoavam dos demais levantes das Minas por contar com a participação de negros, índios, mestiços, homens livres, entre outros. Enquanto as revoltas na região mineradora da capitania são quase sempre lembradas nas pessoas de maior destaque na sociedade, nos protestos do sertão – em que pese o papel desempenhado por figuras emblemáticas como Domingos do Prado de Oliveira, Maria da Cruz e o padre Antônio Mendes Santiago – é importante lembrar nomes como os do mameluco Simeão Correia, que serviu de comandante dos amotinados, ou ainda de Manuel Nunes, vulgo “Bastardão”, que ocupou posições de mando na revolta. Mesmo lutando ao lado de grandes proprietários, tais grupos puderam, todavia, conservar uma relativa autonomia.

Algumas pesquisas se singularizam por centrar sua atenção em personalidades envolvidas nos movimentos rebeldes. Esse é o caso dos trabalhos de Alexandre Rodrigues Souza, sobre Maria da Cruz, e de Irenilda Cavalcanti, a respeito do governador Martinho de Mendonça – personagens situados em lados diametralmente opostos: o primeiro do lado dos rebeldes, na revolta de 1736, enquanto o segundo ao lado da repressão. Em duas ocasiões Irenilda Cavalcanti dedicou-se às insurgências do sertão: em sua dissertação de mestrado e na tese de doutorado defendidas na (Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2004, e na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2010, respectivamente, ambas dedicadas a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, governador interino da Capitania de Minas entre maio de 1736 e dezembro de 1737. No primeiro trabalho ela investigou a tentativa do oficial régio de imprimir na capitania uma administração segundo os preceitos do “bom governo”; já no trabalho seguinte cuidou de recompor detalhadamente toda

a sua trajetória de vida. Os levantes do sertão foram a mais séria oposição enfrentada por Martinho de Mendonça nas Minas. Ele os considerou a matéria mais importante do seu governo e lhes impôs uma dura repressão, da qual foi ele próprio o principal artífice.

Do lado dos rebeldes uma das figuras de maior destaque foi Maria da Cruz, cuja biografia foi minuciosamente recomposta por Alexandre Rodrigues Souza em sua dissertação de mestrado. Durante a revolta, essa grande proprietária de terras no sertão não teve uma atuação direta – como era característico do comportamento das mulheres em acontecimentos dessa natureza –, contudo prestou assistência aos rebeldes e estimulou os homens a lutar. Um deles, Pedro Cardoso, que era inclusive seu filho, após a derrota teve como punição a pena de degredo na África. A matriarca também foi penalizada com um degredo interno, mas, perdoada, acabou voltando para suas propriedades. Mesmo vivendo no sertão distante e a despeito de seu envolvimento na revolta, não foram criados obstáculos para que Maria da Cruz, viúva, tivesse uma boa inserção naquela sociedade. Seus descendentes conseguiram bons casamentos com membros das principais famílias da Bahia, puderam seguir a carreira religiosa ou se firmaram como grandes proprietários. A despeito da punição inicial que Maria da Cruz sofreu, foi mantida a honra de sua linhagem.¹¹

As primeiras décadas do século XVIII marcam, assim, o auge do poder dos potentados. Homens como Manuel Nunes Viana constituíram polos de poder privado que minavam o poder da Coroa, dominando extensas áreas, configurando-se o que Célia Nonata da Silva chamou de “territórios de mando”. Os levantes do sertão do rio São Francisco marcam um ponto de inflexão na capitania. Apesar de novas revoltas continuarem a acontecer, as autoridades não seriam mais confrontadas de maneira tão contundente. Como percebeu Laura de Mello e Souza, a partir meados do século XVIII as revoltas se disseminariam no cotidiano.¹²

Murmúrios e boatos

Uma abordagem original sobre as revoltas na capitania foi feita por Tarcísio de Souza Gaspar em *Palavras no chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*, ao investigar a veiculação de murmúrios durante os conflitos. Numa sociedade fortemente marcada pela oralidade, como eram as sociedades do Antigo Regime, as murmurações perpassavam todo o tecido social, envolvendo igualmente ricos e pobres. Vozes e boatos de distintos grupos sociais se disseminavam ora imbricados, ora separados. Tiveram, contudo, na primeira metade do Setecentos, maior proximidade, como na revolta de Vila Rica em 1720, assim como na rebelião de 1736. Na segunda metade do XVIII, contudo, as reformas pombalinas¹³ mudariam a natureza das murmurações. Com a cooptação dos poderosos locais pela Coroa portuguesa, criou-se um distanciamento entre as murmurações dos potentados e as dos grupos populares, como aconteceu nas inconfidências de Curvelo, Mariana, Sabará e – seu exemplo mais paradigmático – na própria Inconfidência Mineira de 1789, todos caracterizados como movimentos elitistas.

Inconfidências

Em relação à segunda metade do século XVIII, Leandro Pena Catão analisa quatro “inconfidências” que ocorreram na capitania das Minas Gerais durante o período pombalino: duas em Curvelo – a primeira entre 1760 e 1763 e a segunda em 1776 –, uma em Mariana e outra em Sabará, respectivamente em 1769 e 1775. Conforme afirma o autor, em “todos esses eventos o governo e a imagem de dom José I e seu ministro, o marquês de Pombal, foram violentamente atacadas, o que caracterizava crime de inconfidência”. Tais conspirações sugerem o quanto os ânimos estavam exaltados em Minas Gerais nas décadas imediatamente anteriores à Inconfidência de 1789.

A Inconfidência Mineira continua ainda a atrair o interesse da maior parte dos estudiosos e, diferentemente das abordagens mais globais – que foi marca dos trabalhos anteriores –,¹⁴ atualmente observa-se a realização de pesquisas com recortes mais pontuais. Uma exceção à regra é a recente síntese feita por João Pinto Furtado, em *O manto de Penélope*, em que o autor contraria as teses que defendem a existência de um projeto nacional entre os Inconfidentes. Ele mostra a existência de dissensões entre eles e a indefinição de temas importantes para o movimento, como a forma de governo a ser adotada.

A despeito das divergências que se registraram entre os inconfidentes, Roberta Stumpf defendeu que, naquele contexto específico, emergiram diversos tipos de identidade e os insurgentes sentiram-se pertencentes muito mais a Minas do que propriamente a Portugal. Apesar do fracasso do movimento e da condenação dos envolvidos, muitos deles conseguiram se safar transferindo seus bens para pessoas mais próximas, preservando assim suas fortunas. Isso foi o que mostrou André Figueiredo Rodrigues em *A fortuna dos inconfidentes*.

Para finalizar, em duas publicações recentes podem ser encontradas as abordagens mais atualizadas sobre a Inconfidência. *O livro de Tiradentes*, coordenado por Kenneth Maxwell, traz um conjunto de documentos constitucionais dos Estados Unidos que circulou pelas Minas, acrescido de textos de especialistas que permitem compreender o contexto em que tais documentos foram produzidos e depois difundidos na capitania.¹⁵ Outro destaque é *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, obra organizada sob orientação de Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta. No primeiro volume da obra pode ser encontrada uma parte reservada a “Guerras, sedições e motins”. Já no segundo volume, a seção “Inconfidência Mineira e inconfidências” dá conta desse movimento e de outras rebeliões similares.¹⁶

A partir de abordagens mais abrangentes ou particularizantes, a expectativa é a de que os estudos sobre as sublevações em Minas Gerais continuem a prosperar. O quadro atual é de avanços. Depois das grandes discussões suscitadas em torno da Inconfidência, os movimentos que a precederam começam a ganhar “vida própria” na historiografia recente.

RESUMO | Numerosas teses de doutorado e dissertações de mestrado – quase todas atualmente disponíveis na internet ou publicadas na forma de livros – abordam a questão dos movimentos políticos anteriores à Inconfidência mineira. O presente texto tem por objetivo mostrar a potencialidade desses trabalhos para uma renovada compreensão da história política colonial. O trecho entre aspas no título deste artigo é tomado de empréstimo à célebre expressão do *Discurso Histórico* atribuído ao conde de Assumar para se referir ao caráter turbulento dos moradores das Minas.

ABSTRACT | A number of doctoral dissertations and master's thesis – nearly all of which are currently available via the Internet or published as books – treat the question of political movements that preceded the separatist conspiracy called the “Inconfidência Mineira”. This text seeks to demonstrate the potential of these works for providing a renewed understanding of the history of colonial politics. The part of the title within quotation marks is taken from the famous expression of the *Historical Discourse* attributed to the Count of Assumar in referring to the turbulent character of the residents of Minas Gerais.

Notas |

1. Em uma relação não exaustiva sobre as revoltas em Minas Gerais no século XIX pode ser consultado: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais 1831-1840*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. A Revolta de Carrancas ocorrida em 1833 estudada pelo autor em sua dissertação foi revista em seu livro, resultado de sua tese de doutorado: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 298-314. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 24). Sobre a chamada revolta do Ano da Fumaça em Ouro Preto, ocorrida em 1833, ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008.

2. Com uma nova edição revista, sem contudo alterar suas linhas mestras, o livro ainda traz um novo prefácio indispensável de Adriana Romeiro. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalões rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2012. O interesse da autora pelo assunto era ainda anterior: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

3. Para outra abordagem em relação aos conflitos no sertão e áreas de fronteira: ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

4. Sobre a viragem do século XVII-XVIII e suas repercussões nos protestos das Minas, ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, século XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

5. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

6. Sobre o emprego desses grupos no processo de colonização, ver obra de referência no conjunto da historiografia mineira: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. Especificamente acerca da participação nas revoltas, ver: SOUZA, Laura de Mello e. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII - 1709-1789. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 31-36, 1998.

7. LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

8. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 289.

9. GUIMARÃES, Carlos Magno Guimarães. *Quilombos: classes, política e cotidiano (Minas Gerais no século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Em estudo anterior o autor havia dado conta de 127 comunidades: GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988. (Coleção Malungo, Ensaio). Ainda sobre o assunto, em que se demonstra uma integração dos quilombos com a sociedade local, ver: RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

10. Sobre o tema ver ainda: VALLEJOS, Julio Pinto. Slave control and slave resistance in Colonial Minas Gerais. In: PALMER, Colin A. (Ed.). *The worlds of unfree labour*. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 171-204.

11. Sobre a personagem, ver ainda o livro recente: BOTELHO, Ângela Vianna; ANASTASIA, Carla. *Maria da Cruz e a sedição de 1736*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

12. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Sobre as diferentes conjunturas em que se inseriam os protestos: SOUZA, Laura de Mello e. Motins, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII- XVIII. In: TANDETER, Enrique (Org.). *História General de América Latina*. Paris: Unesco; Trotta, 2002. v. IV, cap. 20.

13. O autor dessas reformas, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, governou Portugal entre 1750 e 1777.

14. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. [1. ed. 1973]. Tradução de João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (Coleção Estudos brasileiros, v. 22); SILVA, Joaquim Norberto Sousa de Sousa. *História da Conjuração Mineira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 2 v.; JARDIM,

Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989; SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

15. MAXWELL, Kenneth (Coord.). *O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013. Além do coordenador, o livro traz textos de Bruno Carvalho, John Huffman, Gabriel de Avilez Rocha, Júnia Ferreira Furtado e Heloísa Murgel Starling.

16. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. 2 v.

ANEXO

Dissertações e teses sobre revoltas em Minas Gerais no século XVIII

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. *Da justiça em nome d El Rey: Ouvidores e Inconfidência na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.bdtndc.uff.br/tde_busca/>. Acesso em: 24 fev. 2014.

AZEVEDO, Edeilson Matias de. *Minas insurgente: conflitos e confrontos no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2014

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CAVALCANTI, Irenilda R. B. de R. M. *Foi Vossa Majestade servido mandar: representações e práticas do bom governo nas cartas administrativas de Martinho de Mendonça; Minas Gerais, 1736-37*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA_FOCO/trabalhos_conclusao/resultado.stm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CAVALCANTI, Irenilda R. B. de R. M. *O comissário real Martinho de Mendonça: práticas administrativas portuguesas na primeira metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.bdtndc.uff.br/tde_busca/>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CUNHA, Vagner da Silva. *A ‘Rochela’ das Minas do Ouro?: paulistas na Vila de Pitangui (1709-1721)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FERREIRA, Jonathan Martins. *À margem da “palavra oficial”: dissimulação e boatos no motim de Vila Rica*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros, 2013. Disponível em: <<http://www.cch.unimontes.br/ppgh/dissertacoes.html>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira; crítica histórica e diálogo com a Historiografia*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. [Publicado: *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002].

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_GASPAR_Tarcisio_de_Souza-S.pdf>. [Publicado: *Palavras no chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2011].

HENRIQUE, João. *A repressão à Revolta de Vila Rica de 1720: perdão e punição sob a ótica da justiça no Império Ultramarino Português*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA_FOCO/trabalhos_conclusao/resultado.stm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA_FOCO/trabalhos_conclusao/resultado.stm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MARTINS, Herbert Toledo. *A institucionalização do Estado patriarcalista português na região das Minas no século XVIII: 1690-1736*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Terras sem lei?: corrupção, disputas pelo poder e bandos armados nas Minas setecentistas (matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/dissertacoes/dissertacoes/>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes*

da comarca do Rio das Mortes. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008 Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28112008-152727-pt-br.php>>. Acesso em: 26 fev. 2014. [Publicado: *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados Mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010].

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.bdtndc.uff.br/tde_busca/>. Acesso em: 20 fev. 2014. SOUZA, Alexandre Rodrigues de. *A “Dona” do Sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.bdtndc.uff.br/tde_busca/>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade de Lisboa, Portugal, 2002. [Publicado: *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008].

SILVA, Célia Nonata. *Sertão Mestiço: Mandões e Bandidos na capitania das Minas*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. [Publicado: *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007].

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na Capitania de Minas Gerais (1763-1792)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. [Publicado: *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Hucitec, 2010].

Gefferson Ramos Rodrigues é graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes - MG) e mestre em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. Atualmente desenvolve pesquisas de doutorado nessa mesma instituição, com apoio do CNPq, em que se dedica ao estudo da participação de grupos dos baixos estratos sociais nas rebeliões coloniais. E-mail: geffersonhistoria@yahoo.com.br

Folha de rosto

Detalhe da *Bandeira da Inconfidência Mineira*. Autor desconhecido, Minas Gerais, século XIX. Museu Mineiro, Coleção Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte/MG.

Expediente

José Wasth Rodrigues (São Paulo, 1891 – Rio de Janeiro, 1957). *Uniformes Marechal de Campo das Minas Gerais*. Aquarela e pena sobre papel, sem data. Desenho apenas aos originais da obra *A Força Pública Policial de Minas Gerais, entre 1831-1890*, de Teófilo Feu de Carvalho. Belo Horizonte, 1940. Arquivo Público Mineiro, Fundo Theóphilo Feu de Carvalho, Série Documentação textual – TFC -1, cx. 02, doc. 07. Belo Horizonte/MG.

Sumário

Vista da Praça Tiradentes, em Ouro Preto, com o monumento inaugurado em 1867 e demolido em 1894. Fotomontagem de Vicente Racioppi com fotografia de Guilherme Liebenau, c. 1867. Ouro Preto, c. 1965. Arquivo Público Mineiro, Fundo Municípios Mineiros – MM 203(5). Belo Horizonte/MG.

Editorial

Prédio do Arquivo Público Mineiro após obras de conservação do imóvel. Fotografia de Daniel Mansur. Belo Horizonte, outubro de 2014.

Páginas 18, 19, 110 e 111

Folha de rosto e página final do códice *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG, Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais – AVC 17.

Páginas 22 e 23

Jean-Baptiste Debret (Paris, 1768 -1848). *Tropeiros pobres de Minas*, 1823. Aquarela s. papel. Museu Castro Maya/IBRAN/MinC, Rio de Janeiro. In.: BANDEIRA, Júlio e LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

Páginas 42 e 43

Detalhe do quadro *Os Inconfidentes concebendo a bandeira*. Pintura a óleo sobre tela de autoria do tenente Almir Jaci. Acervo da Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

Páginas 50 e 51

Trechos do pasquim sedicioso que circulava em Mariana em 1798. Casa Setecentista de Mariana/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), MG.

Páginas 62 e 63

Vista parcial da cidade do Serro, Minas Gerais. Fotografia de Raymundo Alves Ponto (Senhora do Porto, MG, 1872 – Recife, 1928), década de 1910. Arquivo Público Mineiro, Coleção Nelson Coelho de Senna – NCS 167. Belo Horizonte/MG.

Páginas 72 e 73

Primeira página do jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina, de 27 de maio de 1863. Traz notícia de uma invasão na lavra do Duro, onde aconteceu a rebelião de 1864. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Hemeroteca Histórica. Belo Horizonte/MG.

Páginas 78 e 79

José Wasth Rodrigues (São Paulo, 1891 – Rio de Janeiro, 1957). *Uniformes da Guarda Municipal Permanente de Minas Gerais*, 1832. Aquarela e pena sobre papel, 1932. Desenho apenas aos originais da obra *A Força Pública Policial de Minas Gerais, entre 1831-1890*, de Teófilo Feu de Carvalho. Belo Horizonte, 1940. Arquivo Público Mineiro, Fundo Theóphilo Feu de Carvalho, Série Documentação textual – TFC -1, cx. 02, doc. 07. Belo Horizonte/MG.

Páginas 92 e 93

Detalhe da *Carta topographicadas terras entremeyas do sertão e deserto do Serro do Frio com as novas minasde diamantes, oferecido ao Eminentíssimo Senhor Cardeal da Mota por Jozé Rodrigues de Oliveira, 1731*. Arquivo Histórico do Exército, RJ. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

Páginas 104 e 105

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Weilheim, 1858). *Guerilhas: luta entre brancos e índios*. Minas Gerais, 1822-1825. Lápis e nanquim sobre papel, 1823-1824. Acervo Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, Coleção Maria Cecília e Paulo Geyer. In: DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil* – obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

Páginas 112 e 113

Arthur Bernardes Filho entre companheiros de futebol (da esquerda para direita, o terceiro em pé, em primeiro plano). Sem local, década de 1910. Arquivo Público Mineiro, Fundo Arthur Bernardes Filho – ABF-1-1-001. Belo Horizonte/MG.

Páginas 132 e 133

Página do jornal *Gazeta Esportiva – semanário independente humorístico e desportivo*. Belo Horizonte, 1º de dezembro de 1927. Acervo Universidade Federal de Minas Gerais, Coleção Linhares. Belo Horizonte/MG.

Páginas 148 e 149

Caixa de amostragem de documentos eliminados. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG.

Páginas 170 e 171

Detalhe de espingarda, século XIX. Museu Mineiro, Acervo dos Museus Militares Mineiros, Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG 013/0954. Belo Horizonte/MG.

Agradecimentos

Arquivo Geraldo Magalhães, BH. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, BH. Casa Setecentista de Mariana. Coleção Linhares – Universidade Federal de Minas Gerais, BH. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, BH. Museu da Escola Professora Anamaria Casasanta Peixoto, BH. Museu da Caixa Econômica Federal, Brasília. Museu Histórico Abílio Barreto, BH. Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Museu Mineiro, BH. Museu do Ouro, Sabará. Rádio Itatiaia, BH.

A **RAPM** agradece a todas as instituições que autorizaram, gentilmente, a reprodução das imagens deste número. Envidaram-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos de *copyright* de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, em forma de errata, nos volumes futuros desta revista.

O conteúdo dos artigos e ensaios publicados na **RAPM** é de inteira responsabilidade dos autores.



Anônimo. *O Menino Jesus dos atribulados*, século XIX. Aquarela sobre papel. Museu Mineiro, Coleção Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte/MG.